

Cem obras da educação paradas no RS

Ao menos cem obras de escolas, creches, quadras esportivas ou outros equipamentos educacionais que dependem de recursos do governo federal estão paralisadas ou inacabadas no Rio Grande do Sul. Esses “esqueletos” estão espalhados por 65 municípios e ainda dependem da liberação da maior parte da verba da União para a conclusão.

As informações constam em levantamento publicado na última semana pela Confederação Nacional dos Municípios (CNM), que considerou convênios firmados entre as prefeituras e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) no período entre 2007 e 2022.

No caso do Rio Grande do Sul, as obras que hoje estão

paradas foram objeto de pactuação para repasse de R\$ 116,4 milhões do governo federal. No entanto, receberam apenas R\$ 44,6 milhões (38,3% do valor) e ainda aguardam repasse dos outros R\$ 71,8 milhões (61,7%).

As obras são consideradas inacabadas quando o termo de compromisso para o repasse do dinheiro já expirou. Esses casos dependem de repactuação entre as prefeituras e o FNDE. Já as obras paralisadas possuem o convênio vigente, mas foram interrompidas em razão de alguma pendência, como abandono da empresa que venceu a licitação.

No período considerado no estudo, 423 obras educacionais com recursos do FNDE foram concluídas no Estado. Para

essas intervenções, o governo federal se comprometeu a repassar R\$ 792 milhões às prefeituras, mas mandou apenas R\$ 484 milhões (61%). O restante teve de ser coberto pelos próprios municípios.

Em todo o país, conforme o levantamento, há 3.119 obras paralisadas ou inacabadas, cujo financiamento federal foi estimado em R\$ 3,1 bilhões. Desse valor, R\$ 1,3 bilhão (41,4%) já foi repassado e R\$ 1,8 bilhão (58,6%) ainda precisa ser enviado. O montante diz respeito aos convênios originais, sem atualização de custos.

Na conclusão do estudo, a CNM alerta que os municípios devem verificar a situação dos convênios com vigência expirada para avaliar sua repactuação, mesmo que as

obras sejam finalizadas com recursos próprios. “de forma a evitar a deterioração do que já foi construído, não acarretar a devolução de valores já transferidos e maximizar as entregas da infraestrutura educacional à população”.

Além disso, diz que é necessário que o FNDE “apresente solução para o montante de recursos pactuados que não foram integralmente repassados”.

A coluna contactou o Ministério da Educação para questionar a respeito dos dados do estudo, mas não recebeu retorno até ontem.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS

Seção: Política **Página:** 6